

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaíres Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOAFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes Simone Caldas Tavares Mafra Mariana de Paula Oliveira Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 8

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 28/11/2020

Ellen Soares Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro
PPGSS/UFRJ
Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/2103443711725259>

RESUMO: O objetivo deste artigo é aproximar o debate da acessibilidade cultural (política social) a formação profissional de assistentes sociais, tendo como base a pesquisa *Acessibilidade Cultural em tempos de resistência: acesso, acessibilidade e cultura expressões da “questão social” contemporânea*, realizada em nível de pós-graduação para obtenção do título de Especialista em Acessibilidade Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade Cultural. Desafios. Fundamentos. Política Social. Serviço Social.

ABSTRACT: The aim of this article is to bring the debate on cultural accessibility (social policy) to the professional training of social workers, based on the research *Cultural Accessibility in times of resistance: access, accessibility and culture expressions of the contemporary social question* to obtain the title of Specialist in Cultural Accessibility.

KEYWORDS: Cultural Accessibility. Challenges. Fundamentals. Social Policy. Social work.

INTRODUÇÃO

Adentrar a ceara da acessibilidade é uma opção, da qual o/a assistente social não pode se furtar. Pois, a temática lhe será apresentada seja através da política da Assistência Social, seja através da política Cultural, recorte que este artigo privilegia. Um argumento que tem se consolidado no âmbito das Ciências Sociais e Humanas é que as diversas esferas da vida participam na constituição do ser, sendo elas a classe social, a região, a religião, a sexualidade, a idade, a raça, o gênero.

Neste sentido, estudos feministas¹ sinalizam a importância de se constituir um olhar sensível às interseções das relações sociais que perpassam a vida das pessoas com deficiência. E, no âmbito específico da Acessibilidade Cultural, além da dimensão visível das opressões manifestadas nos espaços ante as diversas barreiras² limitadoras do acesso e da fruição de bens culturais por pessoas com deficiência, verifica-se, também, um acentuado corte de classe.

Segundo Tiburi (2018), o nascimento condena os indivíduos a pertencerem a uma

1 Léa Carla Oliveira Belo e Pedro de Oliveira Filho no artigo “Maternidade marcada: o estigma de ser mãe com deficiência visual” (2018), manifestam parte das contribuições dos estudos femininos na temática da acessibilidade.

2 A regulamentação da Lei nº 10.098/2000 da Acessibilidade, definiu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, mediante a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas e comunicacionais.

determinada classe social, uma raça e outros marcadores sociais. Assim, o legado de classe, atrelado a limitações de determinados indivíduos dentro de um pretensão padrão de corpos perfeitos, revela um acentuado quadro de opressão.

De acordo com dados do Censo, 2010³, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 45.606,048 pessoas apresentam algum tipo de deficiência, equivalendo a 23,9% do total da população brasileira de 190 milhões de habitantes. Segundo a pesquisa de Neri⁴ (2003), 29,05% desse total estão em famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo.

Acredita-se, que as normativas legais têm ampliado o acesso aos direitos e a participação social das pessoas com deficiência. Assim como, contribuem para o reconhecimento das lutas históricas das pessoas com deficiência em prol da acessibilidade e do respeito as diversidades culturais e humanas, compreendendo o reconhecimento de uma identidade cultural da pessoa com deficiência. E, ainda para ampliação da cidadania através da participação social no campo das políticas públicas.

Segundo Coutinho (2000), a cidadania se relaciona com ampliação dos direitos civis, considerando o processo de luta pela efetivação de direitos sociais, econômicos e culturais. A partir desta conceituação, considera-se cidadania como capacidade conquistada pelos indivíduos de atualizarem suas potencialidades humanas e participarem da apropriação dos bens (materiais e imateriais) socialmente produzido em cada contexto histórico determinado.

Porém, uma importante questão vem se colocando na atualidade, grande parte da sociedade tem se mostrado pouco afeta a compreensão da diversidade, sob justificativas de fidelidade a valores morais tradicionais. Nesta direção, a opinião pública tem respaldado verdadeiros ataques aos valores democráticos, pondo em xeque garantias fundamentais à dignidade humana.

De acordo com o antropólogo Roberto da Matta (1981), é possível reconhecer que, culturalmente, nos afastamos do que é diferente e diverso, “O problema é que sempre que nos aproximamos de alguma forma de comportamento e de pensamento diferente, tendemos a classificar a diferença hierarquicamente” (MATTA, 1981, p.2).

Nesta direção, a sociedade brasileira tem demonstrado níveis altos de intolerância, muitas vezes justificada com base em um dogmatismo religioso raso e incoerente. Em relação a pessoa com deficiências por vezes é possível identificar uma atribuição ao sobrenatural, como se o indivíduo necessitasse de uma punição divina, para uma pretensa purificação espiritual.

3 Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência, 2012. Elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD. Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.pessoa-comdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso: 21 abr. 2019.

4 A composição do cenário da pobreza, relacionada as pessoas com deficiência, foi descrito na pesquisa “Retratos da Deficiência no Brasil” de Marcelo Neri em 2003.

A temática da acessibilidade e/ou do reconhecimento de identidades culturais das pessoas com deficiência, pode comparecer relegada à solidariedade, ficando a cargo de projetos sociais filantrópicos e religiosos e menos como pauta para formulação de políticas públicas. Em um movimento de retrocesso e retomada ao conservadorismo político que insiste em comparecer no cenário brasileiro.

DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE: UM LONGO CAMINHO

As lutas e reivindicações do movimento social das pessoas com deficiência se inscreveram no texto constitucional de 1988, passando a integrar direitos e garantias a este segmento da sociedade, abrindo um leque de instrumentos normativos e legais, conforme destacado por Cabral Filho; Ferreira (2013). Acredita-se, que o movimento da sociedade brasileira, considerando os processos de transformações, desde a década de 1960, atravessou o contexto da redemocratização, chegando na década de 1990 com uma sólida reivindicação por acessibilidade e inclusão, revela um arcabouço de lutas históricas por direitos da pessoa com deficiência.

A partir da década 1970 movimentos sociais protagonizados e liderados por pessoas com deficiência ganharam corpo. Sob a influência do “Movimento Vida Independente”, iniciado nos Estados Unidos e que se espalhou pelo mundo, acirraram-se as lutas por autonomia e cidadania daquelas pessoas, que já não mais queriam permanecer à margem da sociedade (JÚNIOR; MARTINS, 2010). No Brasil, o movimento social da pessoa com deficiência se fortaleceu no contexto da redemocratização, quando do enfraquecimento da ditadura militar. De certa forma, este movimento contribuiu para constituição de uma identidade cultural para as pessoas com deficiência, confirmando sua efetiva participação política e social.

Segundo o Ministério da Saúde, o “Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência”, fixou o ano de 1981 como “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”. Elaborado por um grupo de especialistas e aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1982, permitiu dar visibilidade a temática. Sobretudo, permitiu evidenciar países com índices altos de pobreza e injustiça social, fatores que agravam a questão da deficiência (BRASIL, 2008, p.7). De acordo com a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, normatizada em 2008 pelo Ministério da Saúde, as formulações do conceito relativo à deficiência têm evoluído. A deficiência passou então a ser refletida a partir da “estreita relação existente entre as limitações que experimentam as pessoas portadoras de deficiências, a concepção e a estrutura do meio ambiente e a atitude da população em geral com relação à questão” (BRASIL, 2008, p.6).

Em perspectiva semelhante, a Convenção⁵ Internacional Sobre os Direitos das

5 BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 05 dez. 2018.

Pessoas com Deficiência (2007), dispõe que deficiência é “um conceito em evolução que resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2007, p.14). Assim, atentar para acessibilidade, no solo das políticas públicas sociais, exige inserir o debate na temática da inclusão.

Infere-se das contribuições de Omote (2006), que a inclusão pode ser lida como ações que concorram para possibilitar oportunidades e participação das pessoas com deficiência - PcDs, em suas mais variadas diferenças, à vida social, cultural e política. Na mesma direção Romeu Kazumi Sassaki, referência em pesquisa sobre acessibilidade e deficiência, explicita que inclusão social diz respeito a um processo bilateral entre as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade que buscam, em parceria, soluções para equacionar problemas e equiparar oportunidades (SASSAKI, 2003).

Nesta perspectiva, a inclusão social se revela um processo, no qual a sociedade se adapta para incluir as diferenças interindividuais abarcadas pelo conceito de deficiência. Entretanto, na celeuma que figura o termo inclusão, sobretudo para o Serviço Social, destacam-se profundas tensões teóricas, remetendo por vezes aos ajustamentos e disciplinamentos do indivíduo a uma pretensa sociedade “normal”.

Considera-se, oportuno argumentar que não estamos aqui, negando o caráter limitado da inclusividade na ordem burguesa, nem conceitos conflitantes que tocam a temática da inclusão x exclusão, na qual cabem intensos e duradouros questionamentos. Ao contrário, buscamos refletir, com base na teoria social crítica, sobre as bases políticas, normativas e legais que sustentam a política social de Acessibilidade Cultural.

Abordar um tema tão caro a sociedade, a participação social e cultural das pessoas com deficiência, não pode ocorrer se não, através de um olhar crítico que busca além da superfície aparente apreender a realidade. Destaca-se, portanto, que as bases de sustentação da Acessibilidade Cultural postas como estão, aliadas ao cenário político e social de intolerância e desrespeito à diversidade, sem que se realize sobre elas análises críticas, contribuem e reforçam a valorização de padrões meritocráticos da sociedade de classes.

Evidencia-se, então, a escolha teórico-metodológica para abordagem do tema da inclusão, a partir da compreensão do projeto Ético-Político do Serviço Social e seus postulados em busca da construção de um projeto societário livre de exploração e dominação (CRESS, 2013).

Segundo Sarrafi (2018), o conceito de acessibilidade está atrelado às concepções de ambientes, serviços e produtos disponíveis a todos os indivíduos, quaisquer que sejam suas limitações - físicas, sensoriais, intelectuais. A definição consentida pela Norma Brasileira de Acessibilidade – ABNT NBR-9050 dispõe a acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, NBR 9050, 2015, p. 2).

Porém, se apresenta a necessidade de pensar acessibilidade para além de disponibilizar acesso para as pessoas com deficiência, mas como um conceito amplo relacionado a práticas inclusivas e de participação social. Para Dischinger e Bins Ely, a acessibilidade também envolve aspectos políticos, sociais e culturais. A acessibilidade está relacionada com a prática da inclusão, que se refere à possibilidade de participação das pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação (DISCHINGER e BINS ELY, 2005 apud SILVA; CARDOSO, 2012, p.2).

De acordo com Sarrafi (2018), a acessibilidade simboliza um conjunto de direitos, extrapolando a dimensão técnica e mais relacionada com a qualidade de vida essencial ao desenvolvimento da pessoa com deficiência. Nesta direção, o artigo 53 da Lei Brasileira da Inclusão de 2015 apresenta o conceito: “Acessibilidade é o direito que garante à pessoa com deficiência viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (LBI, 2015, artigo 53).

A Acessibilidade Cultural é normatizada pelo decreto nº 6.949/02⁶, onde aduz no artigo 30, que a pessoa com deficiência deve “Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional” (BRASIL, 2002). É nesse sentido que Viviane Sarrafi indica ser possível afirmar a existência do conceito de Acessibilidade Cultural atrelado condições de acolhimento e acesso a fruição cultural, para pessoas com deficiência nos diversos espaços públicos e privados de produção cultural.

Assim, no marco dos avanços das lutas dos movimentos sociais na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, com destaque encontra-se, também, o direito da pessoa com deficiência à participação na vida cultural.

ACESSIBILIDADE CULTURAL ENTRE AS REFRAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”

Assim como o conceito de deficiência tem sido alterado acompanhando contextos históricos, sociais e políticos, estando diretamente relacionado ao movimento da construção de direitos de cidadania, sobretudo, a partir do século XX. É possível, também, identificar

6 BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 05 dez. 2018.

algumas costuras sociais alinhavadas nas sociedades ocidentais, neste período que buscavam implementar alterações nos usos e costumes, portanto, culturais.

Tais costuras esbarram no objeto de intervenção do Serviço Social, a “*questão social*”, que, sobretudo, a partir da segunda metade do século passado, passou apresentar expressões cada vez mais múltiplas e diversificadas. É nesta interação com universo das relações sociais contemporâneas que a Acessibilidade Cultural aparece no campo das políticas sociais, objeto de estudo, formulação e execução do Serviço Social.

Para investigar o cenário da acessibilidade, acredita-se que um esforço nos é essencial: apreender as transformações societárias, influenciadoras do pensamento e dos usos e costumes de um povo, por isso mesmo culturais, que contribuem para o entendimento dos diferentes tratamentos dado a questão da deficiência nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Acredita-se, que apesar de contar com uma sólida normativa, a promoção da Acessibilidade Cultural esbarra em interesses⁷ políticos e econômicos que tem privilegiado uma política cultural efêmera, afinada ao consumo do produto cultural comercial. O que nos permite atentar para as relações sociais e de trabalho postas na atualidade.

De acordo com Netto (2015), a política cultural gestada no Brasil, sobretudo, a partir dos governos militares faz parte de um conjunto de estratégia do capital, com vistas a romper com a “tara elitista” a fim de produzir uma “massa cultural”. Nestes moldes, a política cultural tende a favorecer ao mercado, tanto na comercialização do produto cultural, como no compromisso em fabricar uma “massa cultural” consumidora. O autor também sugere que a política cultural se desenvolve dentro das funções repressoras do Estado, como propulsora da ideologia dominante. Sob a ótica do grande capital nacional e internacional, o produto cultural tende a ser difundido e comercializado. E, assim, como política pública social, fica submetida a dotações orçamentárias, limitadas pelo desenvolvimento econômico.

A partir das contribuições de David Harvey e Marilda Villela Iamamoto, é possível identificar como o mote de mudanças culturais nas sociedades ocidentais contemporâneas, as transformações sociais influenciadas pelos fenômenos da globalização, flexibilização do trabalho e expansão do ideário neoliberal. Na mesma direção Patrícia Dorneles argumenta, “Os impactos do mercado flexível, que busca as qualidades das localidades, provoca intervenções culturais, em escalas diferenciadas de poder, e assim, estas “intervenções culturais” vão se ajustando as transformações societárias, acompanhando o movimento da realidade (DORENELES, 2011, p.150).

Atualmente, verificam-se o acirramento dos receituários de cortes fiscais e o enxugamento de gastos públicos, em prol do suposto crescimento econômico. Iamamoto (2015), nos permite compreender como o padrão de acumulação flexível, que substituiu o modelo de produção rígido, deu relevo ao capital financeiro, reacendendo o desenvolvimento

⁷ Os diversos interesses que atravessam o “mundo da cultura” e a arena da política cultural, estão presentes nas análises de Dorneles (2011); Harvey (1992); Iamamoto (2015); Netto (2015).

capitalista em uma estratégia para sua recuperação como modo de produção dominante. E, como esses fenômenos se entrelaçam no solo da realidade formando uma ardilosa teia social, que captura e prende as diversas relações sociais.

De acordo com Harvey (1992), tempo e espaço na sociedade capitalista se configuram fontes de poder social, e o encontro destes com o dinheiro forma um nexos substancial para compreensão da realidade, “quem define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social” (HARVEY, 1992, p. 207).

Há então de se questionar, no jogo das relações sociais onde há projetos societários em disputa, na cena da acessibilidade – para além de disponibilizar acesso para as pessoas com deficiência, mas como um conceito amplo relacionado a práticas inclusivas e de participação social - qual é o papel do Estado? E, sendo o Serviço Social, um projeto profissional hegemonicamente político, poderia ele furta o debate da Acessibilidade Cultural da sua formação profissional?

Admite-se, que estas não são questões simples, da dimensão de respostas da ordem prática. Mas, justamente, por ser o Serviço Social um projeto profissional portador de uma práxis⁸ reflexiva “cuja a pertinência é exclusiva aos indivíduos do gênero humano” (NETTO, 1994, p.34), que se coloca a necessidade de reconhecer e situar a Acessibilidade Cultural entre as refrações da “questão social” na atualidade.

DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA ACESSIBILIDADE CULTURAL

Sem a pretensão de dar conta da totalidade dos desafios que se apresentam na realidade social, mas com intuito de dar visibilidade às expressões da “questão social” na cena da Acessibilidade Cultural, que três desafios serão apresentados nas a linhas a seguir. E, como primeiro desafio se coloca a busca pela superação da prática imediatista e superficial, descolada das mediações com a totalidade social.

Na tentativa de superar a imediatidade⁹ do cotidiano em busca de direções emancipatórias do ser, que as lentes da interseccionalidade, Crenshaw (2002), nos ajudam a enxergar o processo de discriminação imposto as pessoas com deficiência. E, visualizar expressões de heranças culturais de subordinação que perpetuam as desigualdades sociais, indo “além do que se vê” no oceano turbulento do cotidiano.

Ademais, acredita-se que “invisibilidade interseccional”, nos termos de Crenshaw (2002), dialoga simbioticamente com as pessoas com deficiência e, portanto, está adequada ao debate da Acessibilidade Cultural. Ainda que a especificidade de Crenshaw, a invisibilidade das questões de gênero e raça, não se relacione as demandas diretas da pessoa com deficiência, importa o fato de suas contribuições atentarem para formas

8 Razão, ontologia e práxis. José Paulo Netto. Revista: Serviço Social & Sociedade. Ano XV, nº 44.

9 (NETTO, 2006, p.14).

de subordinação que potencializam e perpetuam desigualdades. E, neste sentido, o Projeto Ético-Político do Serviço Social é categórico ao afirmar como quinto princípio “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais” (CFESS, [2012], p. 23).

Assim, selecionar prioridades sobre as quais se deseja atuar, não implica, de forma alguma, hierarquizar as variadas desigualdades sociais que se apresentam no solo da realidade concreta. Ao contrário, reforça a necessidade de reconhecer as múltiplas formas de desigualdade.

Como segundo desafio, reconhecer as diversas desigualdades sociais, buscando combater a hierarquização das prioridades de atenção, segundo orientações partidárias, dogmas ateístas ou religiosos, que em nada contribuem para construção de uma sociedade justa e inclusiva. Nesta direção, novamente recorre-se aos princípios do Código de Ética do Serviço Social, que postula pelo “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, [2012], p. 24).

Considera-se, a necessidade de fortalecer o debate acerca da desigualdade e suas diversificadas formas de apresentação na realidade social. Comumente, atribui-se a desigualdade a prioridade material com ênfase na pobreza, isso tem sido potencializado tanto pelo discurso do senso comum, muito apoiado na atualidade, pelas mídias de massa. Mas, nos parece tanto superficial a redução do conceito de desigualdade a pobreza.

Cabe, então, explicitar qual a lupa que se põe ao exame da desigualdade. Segundo Therborn (2010), se faz necessário distinguir desigualdade de diferenças e, para tanto ele destaca três formas principais de fazê-la. A primeira distinção é “uma diferença pode ser horizontal, sem que nada ou ninguém esteja a cima ou abaixo, seja melhor ou pior, enquanto uma desigualdade é sempre vertical, ou envolve um ranking” (THERBORN, 2010, p. 145).

A desigualdade revela traços de subordinação, os quais o Serviço Social, como projeto profissional, se compromete através do “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, [2012], p.23).

A segunda distinção sinalizada por Therborn (2010) demonstra que diferenças tem a ver com preferências e gostos, enquanto desigualdades violam direitos humanos. E, quanto a isto também a ética do Serviço Social é contundente, destacando o compromisso com “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, [2012], p. 23).

Acerca da terceira distinção Therborn explicita “para uma diferença tornar-se uma desigualdade ela deve também ser extinguível” (THERBORN, 2010, p.145). Nesta direção o autor sintetiza “desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente

injustificadas” (THERBORN, 2010, p.146).

Cabe-nos, então, atentar para a armadilha da representação de sujeitos ideais e padronizados, nada afeta às diferenças e às diversidades. Segundo Hall (2006), a “Identidade cultural na pós-modernidade”, atenta para a “cultura nacional como uma fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representação” (HALL, 2006, p.57-58). Como caudatários do imperialismo da cultura ocidental, a formação das identidades nacionais reforça hierarquias de poder e discriminação.

Essa herança cultural atravessou séculos, e chegou aos nossos dias de forma estrutural no Brasil. Assim, atentar para a desigualdade sem o cuidado de distinguir suas diferenças pode contribuir para o reforçar um ciclo de violência, que perpetua intolerância, discriminação e, nos termos de Lamamoto (2015), a “descartabilidade do humano”.

Por fim, mas não necessariamente em último lugar o terceiro desafio, o da resistência, na defesa do projeto profissional contra hegemônico que constitui o Projeto Ético Político do Serviço Social. Consciente de que nem toda resistência se configura contra hegemônica, incide, portanto, a essencialidade de apreender o movimento cultural gestado pela ordem dominante. Sobretudo, nestes tempos de crise econômica e política em que os valores democráticos estão ameaçados, sob o discurso da defesa de valores tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, admite-se que o Serviço Social, sendo um projeto profissional hegemonicamente político, não deve e não pode se furtar ao debate da Acessibilidade Cultural em sua formação. Acredita-se que uma disciplina relativa à Acessibilidade Cultural, discutindo a sua presença não evidente entres as expressões da “questão social” na atualidade pode contribuir proficuamente com a formação do/a assistente social.

Vista a multiplicidade de expressões da desigualdade, inevitável é pensar no desafio que se coloca ao Serviço Social, não só do ponto de vista da atuação profissional, mas sobretudo, para a formação dos/as assistentes sociais comprometida com a “emancipação humana”, conforme postulados do conjunto CFESS/CRESS [2012]. Assim, destaca-se a necessidade da compreensão da desigualdade a partir de três tipos apresentados por Göran Theborn. Para o autor são tipos de desigualdades distintas, porém igualmente destrutivas tanto às vidas humanas, quanto para a sociedade.

A primeira delas, a “desigualdade vital”, que diz respeito a vulnerabilidade física e finitude da vida humana. A segunda “desigualdade existencial”, que se relaciona com a negação de reconhecimento e respeito. E, a terceira “desigualdade material ou de recurso”, que significa que os atores humanos contam com recursos muito distintos (THERBORN, 2010).

Tangenciando a terceira desigualdade Theborn ressalta que existem ainda dois desdobramentos: a “desigualdade de oportunidades”, entendida como acesso, como por

exemplo acesso à educação e a “desigualdade de recompensa”, sendo esta a “medida de desigualdade mais freqüentemente utilizada — a distribuição da renda e, às vezes, também da riqueza”. Cabe ainda destacar que a “desigualdade existencial” assume não “apenas a forma de discriminação ostensiva, mas também opera de modo eficaz através de hierarquias de status mais sutis” (THERBORN, 2010, p. 146).

De certo que esta discussão, no curso de graduação do Serviço Social, está afinada ao posicionamento histórico da categoria, face as reivindicações por direitos sociais e luta pela cidadania. Ademais, a Acessibilidade Cultural como disciplina, está em consonância com os princípios éticos que norteiam o exercício profissional do/a assistente social. Assim, considera-se que a temática apresenta um debate, perfeitamente, adequado para compor tanto o quadro de Disciplinas Eletivas e Optativas, quanto o de Núcleo Temático na graduação em Serviço Social.

E, assim, considerando as transformações das sociedades ocidentais, o aprofundamento do sistema capitalista e os postulados neoliberais, resultando em uma complexificação da estrutura social nos propomos a pensar os desafios para a formação dos/as assistente sociais na contemporaneidade frente “à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, que se encontram na raiz das novas configurações da questão social” (IAMAMOTO, 2015, p. 125).

É então, que se lançam, para os/as assistentes sociais na atualidade desafios de decifrar a realidade e desenvolver, no solo do cotidiano, estratégias de resistência para defesa da Acessibilidade Cultural, como política social, bem como manter, na agenda pública brasileira, pautas para sua ampliação. Acredita-se haver na arena política sobre a Acessibilidade Cultural, uma potente dificuldade em sensibilizar a sociedade sobre as responsabilidades do Estado. Por vezes, a temática da acessibilidade e/ou do reconhecimento de identidades culturais das pessoas com deficiência, pode comparecer relegada à solidariedade e menos como pauta para na agenda pública para formulação de políticas inclusivas.

Das linhas precedentes incidem as preocupações com horizonte da Acessibilidade Cultural e, portanto, com a consolidação de políticas públicas inclusivas. A Acessibilidade Cultural, em seu potencial emancipatório, articulada às lutas históricas por acesso aos direitos no sentido do aprofundamento da cidadania, se traduz como compromisso ético de toda a sociedade.

Para assistentes sociais na atualidade, estão postos os desafios de decifrar a realidade e desenvolver, no solo do cotidiano, estratégias de resistência para defesa da Acessibilidade Cultural, como política pública social, bem como manter, na agenda pública brasileira, pautas para sua ampliação. É, portanto, como compromisso ético com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, postulado como décimo princípio ético profissional (CFESS, [2012], que uma disciplina relacionada a política social de Acessibilidade Cultural, corrobora com as lutas da categoria ao lado da

classe trabalhadora e dos diversos movimentos sociais na defesa de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Norma Brasileira 9050-Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2-015.pdf>. Acesso 30 mai.2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 24 mai. 2019.

_____. Decreto nº 3. 956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso: 24 mai. 2019.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência, 2012. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD. Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso: 21 de abr. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Série E. Legislação em Saúde. Brasília, DF, 2008. 1ª ed. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 07 mar.2019.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas.

BRASIL, LBI <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/lei-brasileira-de-inclusao-entra-em-vigor-e-beneficia-45-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em 15 jan. 2019.

CABRAL FILHO, A. V.; FERREIRA, G. Movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência. SER SOCIAL. Brasília. v. 15, n.32, p. 93-116, 2013. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13036/11391. Acesso em 21 mai. 2019.

CRESS, Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro: CRESS, 2013. 134P.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. Contra a corrente : ensaios sobre democracia e socialismo / Carlos Nelson Coutinho. – São Paulo : Cortez, 2000. p. 49-69.

DORNELES, P. Identidades inventivas : territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul. Patrícia Dorneles. – Porto Alegre : UFRGS/POSGea, 2011. [376 f.] il.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade / Stuart Hall: tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992, cap. 9 a 14 (pp. 135-207)

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social / Marilda Vilela Iamamoto*. – 9. ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2015.

JÚNIOR, Lanna; MARTINS, Mário Cléber (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

MATTA, Roberto da. *Você tem cultura*. Artigo publicado no *Jornal da Embratel*, Rio de Janeiro, RJ, 1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/877886/mod_resource/content/1/2_MATTA_Você%20tem%20cultura.pdf. Acesso em: 03 jan. 2019.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social : uma análise do serviço social no Brasil pós-64 / José Paulo Netto*. – 17. ed. – São Paulo : Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. *Razão, ontologia e práxis*. *Serviço Social & Sociedade*. Ano XV, nº 44. São Paulo : Cortez, 1994.

Neri MC. *Retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV; 2003. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/22039/Slides-Diversidade-Retratos-da-Deficiencia-no-Brasil.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso 30 mai. 2019.

Quadro de Disciplinas Optativas Serviço Social – ESS/UFRH. Disponível em: http://ess.ufrj.br/images/graduacao_ess/Disciplinas-Optativas-2018_2.pdf . Acesso: dez. 2018

Quadro de Núcleos Temáticos Serviço Social – ESS/UFRH. Disponível em: http://ess.ufrj.br/images/graduacao_ess/Ncleos-Temticos-2018_2.pdf . Acesso: dez. 2018.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SARRAFI, V. P., *Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência – benefícios para todos*. REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO / Nº 6, junho 2018

SILVA, Tânia Luísa Koltermann; CARDOSO, Eduardo. *Preceitos Ergonômicos Aplicados ao Desenvolvimento de um Instrumento de Avaliação de Acessibilidade*. 10º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, São Luís (MA), 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107177/000944265.pdf?sequence=1>. Acesso 30 mai. 2019.

THERBORN, Göran. *Os campos de extermínio da desigualdade*. *Novos Estudos.CEBRAP*.87, julho 2010. pp. 145-156.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rosa dos tempos. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2018.

UNESCO, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais*. [BRASIL]: UNESCO, 2007. Disponível em <http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230

Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021